Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 432/2016

PROCESSO TC/MS	**:** TC/16466/2015
PROTOCOLO	**:** 1627025
ÓRGÃO	**:** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPORÃ
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	**:** MÁRCIO OLIVEIRA DA SILVA
CONTRATADO	**:** QUALITY SISTEMAS LTDA. - EPP
TIPO DE PROCESSO	**:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 187, DE 2014
RELATOR (A)	**:** JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

Referem-se as peças dos autos ao Contrato Administrativo nº 187, de 2014, celebrado entre o Fundo Municipal de Previdência Social de Itaporã e a empresa Quality Sistemas Ltda. - EPP, no referente aos procedimentos de licitação e de formalização contratual e do termo aditivo, cujos procedimentos foram examinados pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (Análise nº 26458/2015, peça 32), e considerados regulares.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.6 DR.JAC-18489/2015 (peça 33) opinando pela "***regularidade*** *e* ***legalidade*** *do procedimento licitatório e da formalização do instrumento de contrato, por estarem em conformidade com a legislação pertinente.*".

É o Relatório.

DECISÃO

Da análise dos elementos dos autos verifico que os procedimentos de licitação e de formalização do Contrato nº 187, de 2014 e do seu 1º Termo Aditivo se desenvolveram em consonância com as disposições dos instrumentos da legislação aplicável. Desse modo, não há óbice para a declaração da regularidade dos procedimentos examinados.

Tudo considerado, acompanho o posicionamento expendido pela 1ª Inspetoria de Controle Externo e pelo Ministério Público de Contas e decido nos termos de declarar **regulares** os procedimentos de **licitação**, realizado por meio do Pregão Presencial nº 59, de 2014, e de **formalização** do Contrato Administrativo nº 187, de 2014 e do seu 1º Termo Aditivo, celebrados entre o Fundo Municipal de Previdência Social de Itaporã e a empresa Quality Sistemas Ltda. - EPP, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012.

Depois de julgada a matéria deste processo, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, para o acompanhamento da execução financeira da contratação.

É COMO DECIDO.

Tribunal de Contas, 12 de fevereiro de 2016.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator

IHS